

**No limite da ciência:  
Algumas considerações sobre a morfologia a partir da perspectiva da  
teoria da ciência de Schopenhauer**

*On the Limit of Science: Some considerations about morphology from the  
perspective of Schopenhauer's theory of science*

**Gabriel Valladão Silva**

*Mestrando em Filosofia pela Unicamp*

*E-mail: [gvalladao@gmail.com](mailto:gvalladao@gmail.com)*

**Resumo:** Em sua obra magna, Arthur Schopenhauer apresenta-nos uma teoria da ciência coerente e sistemática. No entanto, entre as ciências da natureza, há uma disciplina que, aparentemente, não recebe grande atenção da parte do filósofo: a morfologia. O presente trabalho propõe-se situar com maior precisão a posição da morfologia na teoria da ciência de Schopenhauer, apontando as possíveis dificuldades com que o autor ter-se-ia deparado ao tentar enquadrá-las de maneira consistente nesta última. Para tal, exporemos, primeiramente, a teoria da ciência schopenhaueriana em seus traços mais gerais; em seguida, tentaremos ganhar uma perspectiva sobre os muitos problemas que envolviam a morfologia à época e sobre a maneira pela qual Schopenhauer se insere nessa discussão. Assim, veremos que Schopenhauer não é absolutamente alheio a esse debate, mas que, pelo contrário, é possível encontrar reflexos do mesmo em diversos momentos de seu pensamento, que ultrapassam o escopo da mera teoria da ciência.

**Palavras-chave:** Morfologia; Filosofia da ciência; Teoria das Ideias.

**Abstract:** In his main work, Arthur Schopenhauer presents us a coherent and systematic theory of science. Nonetheless, amongst the natural sciences, there is one subject that, apparently, doesn't receive much attention from the philosopher: morphology. The goal of this paper is to situate morphology more precisely inside Schopenhauer's theory of science, pointing out the possible difficulties that the author might have met while trying to fit them consistently in the latter. To that end, we will firstly present the schopenhauerian theory of science in its more general traits; subsequently, we will try to gain a perspective on the many problems that involved morphology at the time, and on the way through which Schopenhauer introduces himself in this discussion. Thus, we will see that Schopenhauer is not at all a stranger to this debate, but that, on the contrary, it is possible to find reflexes of it throughout many moments of his thought, which transcend the scope of the mere theory of science.

**Keywords:** Morphology; Philosophy of science; Theory of Ideas.

(...) da wird man rückwärts und vorwärts finden, daß man die Natur durch ein Wort nicht zügeln kann, wenn sie eilt; noch sie übereilen wird, wenn sie zaudert.

Goethe, *Fragmente zur Botanik*.

É indiscutível a posição central ocupada pelo conhecimento científico na filosofia de Arthur Schopenhauer. A consideração acerca do método e da função das

ciências constitui não apenas o ápice de sua teoria do conhecimento, ao final do primeiro livro de *O mundo como vontade e representação*, mas adentra também o segundo livro, estando presente ao longo de toda a primeira exposição de sua metafísica. Também no terceiro livro a ciência figura de forma negativa, como a forma de conhecimento oposta à contemplação estética. De maneira geral, o conjunto da obra de Schopenhauer encontra-se permeado pelas ciências da natureza, e também sua vida foi marcada por um contato íntimo e constante com essas disciplinas. Em Göttingen, Schopenhauer matriculara-se inicialmente no curso de medicina, onde assistiu a preleções do grande fisiólogo Blumenbach. Mas, mesmo após o abandono do estudo da medicina em favor da filosofia, ele jamais deixou de se informar e de se atualizar sobre teorias e descobertas científicas de seu tempo.<sup>1</sup> No inverno de 1813-14, sob a tutela de Goethe, Schopenhauer dedicou-se intensamente a estudos da fisiologia do olho e da natureza das cores, que resultariam em seu texto *Sobre a visão e as cores*. A publicação de *Sobre a vontade na natureza* vinte anos depois comprova o interesse ininterrupto de Schopenhauer pelas ciências da natureza, do qual também as numerosas considerações de caráter científico no segundo volume de *O mundo como vontade e representação* nos dão um testemunho. Mesmo em sua obra de velhice, *Parerga e Paralipomena*, encontramos um Schopenhauer que segue participando ativamente do debate científico de seu tempo. Rhode afirma que seria possível até mesmo observar um aumento progressivo da ocupação de Schopenhauer com problemas oriundos das ciências da natureza, assim como com resultados de pesquisas feitas nesse âmbito.<sup>2</sup> Pelas matemáticas, em contrapartida, ele aparentemente jamais nutria grande interesse.<sup>3</sup>

Dentre os muitos aspectos a serem discutidos no interior dessa esfera, há um que se destaca pelo fato de não apenas os pesquisadores, mas nem mesmo o próprio Schopenhauer parecer ter lhe concedido atenção suficiente. É essa a questão acerca da

---

<sup>1</sup> Cf. em RHODE, W. *Schopenhauer heute* a tabela com os cursos frequentados por Schopenhauer em Göttingen e Berlim, onde se nota a preponderância de disciplinas científicas sobre as filosóficas. Por outro lado, na biblioteca de Schopenhauer, as obras filosóficas constituíam um volume três vezes maior que as científicas (cf. idem, p. 12). Não obstante, ele possuía uma coleção invejável de obras sobre as ciências da natureza, a qual incluía trabalhos de Bichat, Blumenbach, Buffon, Cabanis, Cuvier, Flourens, Saint-Hilaire, Kiehmeyer, Lamarck, Linné, Ritter, Treviranus etc., assim como volumes dos *Jahrbücher der Medizin als Wissenschaft* editados por Schelling e Marcus (cf. SCHOPENHAUER, A. HN, p. 236 ss.).

<sup>2</sup> RHODE, W. *Schopenhauer heute*, p. 14; cf. p. 90.

<sup>3</sup> Cf. Idem, p. 15; HÜBSCHER, A. *Denker gegen den Strom*, p. 73 s.

posição da *morfologia* na teoria schopenhaueriana da ciência, a qual, pelo que me é de conhecimento, jamais foi objeto central de nenhum dos artigos que tratam da questão da relação entre o pensamento de Schopenhauer e as ciências da natureza. A questão, quando mencionada, é sempre abordada de maneira superficial e como que *en passant*. De fato, como dito, o próprio Schopenhauer, em sua caracterização sistemática do conhecimento científico, não trata da morfologia de maneira detalhada; pelo contrário, menciona-a via de regra apenas como a ciência complementar à etiologia, caracterizando-a, nos poucos momentos em que se dedica a ela, sempre em oposição a esta, o que levou pesquisadores como Martin Morgenstern a afirmar que Schopenhauer teria tratado da morfologia em sua obra “apenas por amor à completude”.<sup>4</sup>

No entanto, ao considerarmos que Schopenhauer alimentava tão grande interesse pelas ciências da natureza, com predileção pela fisiologia e pelo estudo da vida orgânica, sendo leitor e conhecedor não apenas de pesquisadores alemães como Blumenbach, Treviranus, Kielmeyer e adeptos da *Naturphilosophie*, mas também de autores estrangeiros como Lamarck, Flourens e Cuvier, estando a par da grande disputa entre este último e Geoffroy Saint-Hilaire acerca da *unité de plan* subjacente às formas animais, foco de uma grande onda de estudos sobre anatomia comparada, à qual também Goethe concedeu grande atenção, participando dela ativamente, torna-se improvável que o filósofo realmente não tivesse interesse pela morfologia.<sup>5</sup> E, realmente, embora não tendo tratado da mesma de maneira detalhada em sua obra magna, ele dedicou, no entanto, um longo capítulo de seu texto *Sobre a vontade na natureza* à anatomia comparada, a partir do qual é possível inferir algo a mais sobre a posição de Schopenhauer em relação às disciplinas morfológicas. No mais, veremos como uma série de indícios ao longo de sua obra, assim como anotações de seu espólio, fornecem material suficiente para uma consideração no mínimo interessante acerca do estatuto da morfologia no interior de seu pensamento, e mesmo sobre as possíveis razões de ele não ter entrado em detalhes nessa questão a nível teórico e sistemático.

No entanto, dada a vastidão da tarefa, o presente artigo limitar-se-á a situar a morfologia no interior do pensamento de Schopenhauer sobre a ciência, destacando sua

---

<sup>4</sup> MORGENSTERN, M. *Schopenhauers Philosophie der Naturwissenschaft*, p. 172.

<sup>5</sup> Hübscher (HÜBSCHER, A. *Denker gegen den Strom*, p. 58) aponta que já em 1821 Schopenhauer fazia anotações sobre as implicações filosóficas das novas teorias de Kielmeyer, Saint-Hilaire e Cuvier, as quais ele pretendia utilizar como contraponto para a filosofia da natureza schellingiana.

posição ambígua e o caráter problemático, incompleto, da exposição do filósofo a respeito; tentaremos, também, por meio de um breve panorama sobre a situação da morfologia à época, apontar algumas possíveis razões para essa relutância de Schopenhauer em determinar de maneira mais sistemática a posição da morfologia no quadro de sua teoria da ciência. Com isso, teremos um fundamento e um ponto de partida para uma pesquisa ulterior, que investigará, sob uma perspectiva mais ampla, a partir do contexto histórico em que se insere o pensamento de Schopenhauer, as diversas influências dos desenvolvimentos das ciências morfológicas sobre sua filosofia como um todo.

Por último, gostaria de observar, acerca da estrutura do presente trabalho, que, embora, segundo o conteúdo, ele se encontre dividido em duas partes, a última seção (2.2.), que traz efetivamente a problematização da posição da morfologia no interior do pensamento de Schopenhauer sobre a ciência, juntamente com sua contextualização histórica, distingue-se visivelmente, tanto na forma como na extensão, das anteriores, que se dedicam a expor de maneira mais sistemática a teoria da ciência schopenhaueriana.

## **1. O conhecimento científico**

Antes de adentrarmos a discussão acerca da divisão das ciências em morfologia e etiologia, é preciso primeiramente compreender o que Schopenhauer entende por conhecimento científico em geral. Reproduzimos aqui resumidamente essa sua perspectiva, que ele nos fornece de maneira mais sistemática ao final do primeiro livro de *O mundo como vontade e representação* (§§ 14-15), dividindo essa caracterização em três aspectos principais: o conhecimento científico segundo sua finalidade (§ 2), segundo seu método (§ 3) e segundo seu conteúdo (§ 4), para que depois possamos partir para a questão mais detalhada da divisão das ciências em etiológicas e morfológicas.

§ 1. *O princípio de razão como forma a priori do intelecto e condição de todo conhecimento científico.* Em primeiro lugar, é importante frisar que, para Schopenhauer, o *princípio de razão suficiente* é “a forma universal de todas as nossas representações e

de todos os nossos conhecimentos” e “a condição de todo pensar e conhecer”.<sup>6</sup> Ele é “a expressão comum para todas (...) as formas do objeto que nos são conscientes *a priori*”, de maneira que “tudo quanto conhecemos puramente *a priori* nada mais é que justamente o conteúdo desse princípio, juntamente com as conseqüências que dele seguem, estando, portanto, na verdade, expresso nele todo nosso conhecimento dotado de certeza *a priori*”.<sup>7</sup> Tudo quanto é possível saber *a priori* sobre os objetos de nossa experiência, ou seja “a existência de todos os objetos em seu conjunto, na medida em que são objetos, representações, e nada mais, reconduz inteiramente àquela relação necessária entre eles, consistindo somente nela, sendo, portanto, completamente relativa”.<sup>8</sup>

É unicamente o *princípio de razão suficiente*, em suas diferentes formas, que justifica a pergunta pelo porquê das coisas, pois todo porquê é recondução a uma razão. Essa pergunta pela razão, por sua vez, é a fonte de todo conhecimento em geral, e, logo, também do conhecimento científico em particular. Todo conhecimento é recondução a uma razão: de maneira que “é possível chamar o porquê de mãe de toda ciência” e o princípio de razão de “fundamento de toda ciência”.<sup>9</sup> É importante ter em mente a dependência do conhecimento científico em relação ao princípio de razão suficiente, uma vez que ela nos dará ocasião para alguns questionamentos relevantes acerca do papel da morfologia no interior da concepção schopenhaueriana das ciências.

§ 2. *O conhecimento científico segundo sua finalidade.* Quanto à *finalidade* da ciência [*Wissenschaft*], Schopenhauer nos diz que ela tem como objetivo primário a facilitação do saber [*Wissen*] submetido ao princípio de razão suficiente.<sup>10</sup> Isso, porém, implica que a ciência sempre está, de maneira mais ou menos mediata, trabalhando a serviço do interesse, e, logo, da vontade – sendo tempo, espaço e causalidade nada mais

---

<sup>6</sup> SCHOPENHAUER, A. WWV I, § 15, p. 113; SG, § 14, p. 38. Com exceção do texto de *Sobre a vontade na natureza*, que é citado aqui segundo a edição brasileira, cito a partir da seguinte edição: *Arthur Schopenhauer: Züricher Ausgabe, Werke in zehn Bänden*. Todas as traduções são de minha autoria.

<sup>7</sup> SCHOPENHAUER, A. WWV I, § 2, p. 32.

<sup>8</sup> Idem; cf. BÄHR, C. G. *Die Schopenhauersche Philosophie in ihren Grundzügen dargestellt und kritisch beleuchtet*, p. 14.

<sup>9</sup> SCHOPENHAUER, A. SG, § 4, p. 16.

<sup>10</sup> Cf. SCHOPENHAUER, A. WWV I, § 14, p. 102: “a meta da ciência (...) [é] facilitação do saber”; WWV I, § 33, p. 230: “Aquilo que (...) distingue [a ciência] do conhecimento ordinário é apenas sua forma, o elemento sistemático, a facilitação do saber por meio da síntese de tudo quanto é particular (...)”.

que as formas do princípio de razão nas quais essa vontade se manifesta.

Essa relação mediata entre o conhecimento científico e o serviço à vontade não é expressa de maneira explícita por Schopenhauer, mas pode ser concluída sem grandes especulações a partir de algumas passagens dos dois volumes de *O mundo como vontade e representação*. No terceiro livro do primeiro volume, Schopenhauer escreve, ao distinguir o conhecimento submisso ao princípio de razão (ciência) do conhecimento livre desse princípio (arte): “todo conhecimento que segue o princípio de razão permanece em uma relação mais ou menos próxima com a vontade”.<sup>11</sup> Isso se deve ao fato de a relação dos objetos com o corpo (e, conseqüentemente, com a vontade) se dar por meio do princípio de razão; essa relação, por sua vez, torna o conhecimento via de regra *interessado*. Segundo Schopenhauer, o próprio intelecto surge primariamente a serviço da vontade, como seu instrumento, e a suspensão desse serviço é sempre apenas uma exceção.<sup>12</sup> Ora, também o conhecimento científico é, segundo a definição de Schopenhauer, um conhecimento submisso ao princípio de razão suficiente (§ 3); logo, também ele haverá de estar em uma relação mais ou menos próxima com a vontade, e a facilitação do saber operada pela ciência estará, de maneira mais ou menos direta, a serviço do interesse.

§ 3. *O conhecimento científico segundo seu método*. Segundo Schopenhauer, a ciência nada mais é do que um saber sistematizado, que busca, por meio dessa organização metódica, “obter um pleno conhecimento *in abstracto* de alguma espécie qualquer de objetos”.<sup>13</sup> Ou seja: o *método científico* não serve para gerar maior certeza acerca de um conhecimento, mas sim para facilitar o saber (§ 2) por meio da *forma sistemática*.

A) *O método dedutivo*. Essa sistematicidade da ciência, que pode ser considerada como sendo seu método universal, consiste em progredir sempre de conceitos mais gerais em direção a outros, mais específicos, *subordinando* estes últimos aos primeiros na medida do possível, segundo o princípio de razão do conhecer:

<sup>11</sup> SCHOPENHAUER, A. WWV I, § 33, p. 229.

<sup>12</sup> Cf. idem, § 27, p. 204; § 33, p. 231; N, p. 100 ss., 124 s., 129 s., 132; WWV II, cap. 19, p. 238: “a vontade é o primário e substancial em todos os entes animais, o intelecto, em contrapartida, é algo secundário, agregado, sim, um mero instrumento a serviço da primeira, o qual, segundo as exigências desse serviço, é mais ou menos aperfeiçoado e complexo”.

<sup>13</sup> SCHOPENHAUER, A. WWV I, § 14, p. 100.

chamamos esse método, com Morgenstern, de *método dedutivo-axiomático*.<sup>14</sup> O grau de plenitude dessa subordinação, que permite derivar novos conhecimentos a partir dos anteriores por meio de provas, determina o grau de plenitude de uma ciência.<sup>15</sup>

B) *O método indutivo; a faculdade do juízo*. No entanto, devido à natureza puramente formal da razão, os conceitos mais gerais de cada ciência não podem, por sua vez, depender eles mesmos também unicamente de provas, devendo, para que possuam algum conteúdo, ter sido extraídos – mediata ou imediatamente – do conhecimento intuitivo [*anschauliche Erkenntnis*], segundo o princípio de razão que é próprio a cada classe de objetos (do ser, do devir ou do agir).<sup>16</sup> As distintas formas do princípio de razão a que se referem condicionam a divisão da ciência em matemáticas, ciências da natureza e história.

A necessidade de um método indutivo que anteceda o dedutivo deve-se, para Schopenhauer, ao fato de o conceito ser sempre apenas abstrato, isto é, *abstraído* de uma intuição concreta. O princípio de razão suficiente do conhecer determina que todo conceito, para que tenha algum conteúdo, deve tê-lo extraído em última instância de uma intuição como sua ulterior razão de conhecer:

O princípio de razão tem também aqui [no conhecimento abstrato segundo conceitos] uma forma própria, e, como a forma sob a qual ele governa uma classe de representações na verdade também sempre constitui e esgota toda a essência dessa classe na medida em que ela é representação (...); da mesma maneira também toda a essência dos conceitos – ou da classe das representações abstratas – consiste unicamente na relação expressa neles pelo princípio de razão: e, uma vez que esta é a relação com a razão de conhecer, então a representação abstrata tem toda sua essência unicamente na relação com uma outra representação, a qual é sua razão de conhecer. Esta, por sua vez, pode ser novamente um conceito ou representação abstrata, e até mesmo este pode ter também apenas uma razão de conhecer igualmente abstrata; mas não ao infinito: ao fim a sequência das razões de conhecer deve encerrar-se com um conceito que tem sua razão no conhecimento intuitivo. Pois o mundo da reflexão como um todo repousa sobre o mundo intuitivo como sua razão de conhecer.<sup>17</sup>

<sup>14</sup> Cf. MORGENSTERN, M. *Schopenhauers Philosophie der Naturwissenschaft*, p. 140; BÄHR, C. G. *Die Schopenhauersche Philosophie in ihren Grundzügen dargestellt und kritisch beleuchtet*, p. 37.

<sup>15</sup> Cf. SCHOPENHAUER, A. WWV I, § 14, p. 101 s.

<sup>16</sup> Cf. SCHOPENHAUER, A. SG, § 34, p. 131; WWV I, § 15, p. 121.

<sup>17</sup> SCHOPENHAUER, A. WWV I, § 9, p. 73. Cf. WWV I, § 14, p. 104; § 15, p. 119: “(...) são estas [as proposições mais gerais da ciência], porém, que contêm todo o fundo de verdade da ciência, e elas não podem novamente ser meramente comprovadas, mas precisam estar fundadas sobre a intuição, a qual naquelas poucas ciências *a priori* mencionadas [ciências matemáticas] é pura, mas em todos os outros

Logo, conceitos são sempre “representações de representações”, extraídas das representações intuitivas por meio da abstração.<sup>18</sup>

A faculdade que, por sua vez, “transfere aquilo reconhecido intuitivamente de maneira correta e precisa para a consciência abstrata”, conferindo ao pensamento seu conteúdo, chama-se *faculdade do juízo* [*Urteilkraft*].<sup>19</sup> Esta é, pois, “a mediadora entre as espécies intuitiva e abstrata de conhecimento, ou entre entendimento e razão”.<sup>20</sup> É apenas por meio dela que o conhecimento pode obter um acréscimo efetivo, de maneira que o método dedutivo-axiomático da ciência pressupõe sempre um *método indutivo* para que os conceitos sejam formados em primeiro lugar.<sup>21</sup>

§ 4. *O conhecimento científico segundo seu conteúdo.* Mas em que consiste esse conteúdo que é abstraído a partir da intuição e transposto para a forma discursiva e abstrata do conceito? Ora, vimos (§ 3) que ele é, em última instância, sempre uma representação intuitiva. Mas que elemento dessas representações é apreendido e transposto para a forma abstrata do conceito? Vimos, também (§ 1), que o princípio de razão suficiente é “a condição de todo pensar e conhecer”; ele é a forma de todo conhecimento possível e qualquer explicação é sempre uma recondução a ele. Dessa maneira, enquanto pesquisa guiada pelo princípio de razão suficiente, a ciência é capaz de apreender somente o que nos é dado por meio desse princípio, ou seja, *relações*: “No que diz respeito ao *conteúdo* da ciência em geral, este é na verdade sempre a relação das aparições do mundo entre si segundo o princípio de razão”.<sup>22</sup>

Aquilo que condiciona a verdade da conexão sistemática dos conceitos que forma a ciência, sua razão de conhecer final, é sempre também uma conexão segundo algum outro princípio de razão – seja o do ser, o do devir ou o do agir. Disso segue que o conhecimento científico, como todo conhecimento da aparição, é sempre

---

casos sempre empírica, elevada à generalidade apenas por meio da indução. Se, portanto, nas ciências empíricas o particular é comprovado a partir do geral, o geral, por sua vez, obteve sua verdade apenas do particular”. Cf. também BÄHR, C. G. *Die Schopenhauersche Philosophie in ihren Grundzügen dargestellt und kritisch beleuchtet*, p. 37.

<sup>18</sup> Cf. SCHOPENHAUER, A. SG, § 34, p. 131 s.; WWV I, § 9, p. 73.

<sup>19</sup> SCHOPENHAUER, A. WWV I, § 14, p. 103.

<sup>20</sup> SCHOPENHAUER, A. SG, § 28, p. 119.

<sup>21</sup> Cf. SCHOPENHAUER, A. WWV I, § 14, p. 103, 105; § 15, p. 117.

<sup>22</sup> Idem, § 15, p. 121.

condicionado e relativo, e seu método de pesquisa não pode jamais levar a uma resposta absoluta, já que cada condição apontada para um dado estado de coisas é por sua vez também necessariamente condicionada, de maneira que sempre é possível seguir perguntando pelo porquê, sendo as cadeias de razões e consequências inesgotáveis. Isso ocorre justamente porque o princípio de razão é a forma de toda aparição, de maneira que uma condição que não fosse por sua vez condicionada seria uma *contradictio in adjecto*, uma vez que suspenderia o próprio princípio de razão sobre o qual se apoia.<sup>23</sup>

É importante frisar aqui que essa apreensão de meras relações já é suficiente para a finalidade do conhecimento científico, que estabelecemos como sendo a facilitação do saber para melhor manipulação da natureza no interesse da vontade humana (§ 2). A busca pelo incondicionado, em contrapartida, já corresponde a outro tipo de questionamento, não mais meramente científico, mas *filosófico*.

§ 5. *Ciências matemáticas*. As matemáticas são ciências puras *a priori*, que tratam exclusivamente das formas apriorísticas de nossa intuição: tempo e espaço, as quais constituem “a parte formal das representações completas [intuitivas]”.<sup>24</sup>

A) *A indução na matemática*. Como as ciências matemáticas tratam unicamente da forma *a priori* de nossa intuição, a faculdade do juízo não tem necessidade de aprender nenhum conteúdo empírico para extrair dele as relações necessárias no tempo (lugar) e no espaço (sequência), segundo o princípio de razão do ser; pois tempo e espaço, por serem a mera forma de nossa intuição, são “*intuídos puramente*”, não precisando, como as representações empíricas, ser “*percebidos [wahrgenommen]*”.<sup>25</sup> As relações segundo o princípio de razão do ser formam, assim, a razão de conhecer para as ciências matemáticas, fornecendo-lhes o fundamento para seus *axiomas*, a partir de onde então essas ciências progridem unicamente segundo o princípio de razão do

---

<sup>23</sup> Cf. SCHOPENHAUER, A. KK, p. 517; p. 588 s., onde se expõe o sofisma por meio do qual se conclui “a partir do princípio de razão o incondicionado, que o contradiz efetivamente”. Cf. também a apresentação do princípio de razão suficiente do devir e a refutação da prova cosmológica de Deus (com o que a representação da “condição incondicionada” ou da *causa prima* é identificada) em SG, § 20; lá lê-se: “A prova cosmológica, portanto, (...) consiste na verdade na afirmação de que o princípio de razão do devir, ou a lei de causalidade, levaria necessariamente a uma noção por meio da qual ele mesmo seria suspenso, anulado e esvaziado.”

<sup>24</sup> SCHOPENHAUER, A. SG, § 35, p. 147.

<sup>25</sup> Idem.

conhecer, isto é, por meio do método dedutivo.<sup>26</sup> No entanto, vale notar que Schopenhauer rechaça esse método sintético para a investigação matemática, afirmando ser possível fundar cada conhecimento matemático diretamente sobre a intuição.<sup>27</sup>

B) *O objeto das ciências matemáticas.* Como dito, as matemáticas tratam unicamente de relações segundo o princípio de razão suficiente do ser. Logo, em consonância com a definição geral do conteúdo da ciência (§ 4), também elas se limitam ao conhecimento de relações, o qual, por tratar de “meras representações sem conteúdo empírico”, ou seja, “das formas de nosso próprio intelecto” fornece “uma absoluta, completa compreensibilidade”.<sup>28</sup>

## 2. Ciências da natureza

Schopenhauer abre o segundo livro de *O mundo como vontade e representação* com a distinção entre morfologia (“descrição de figuras [*Gestalten*]”) e etiologia (“explicação de mudanças”), nas quais se daria a divisão mais geral das ciências da natureza.<sup>29</sup> Interessa-nos aqui de maneira particular a determinação da posição da morfologia no interior dessa concepção, especialmente porque, conforme já dito, Schopenhauer não parece se dedicar a ela de maneira exaustiva. Enquanto a etiologia é tomada como fio condutor para a caracterização do conhecimento científico, estando presente quase que ao longo de todo o livro 2, a morfologia é mencionada apenas pouquíssimas vezes durante a obra.<sup>30</sup> No entanto, Schopenhauer fornece-nos indicações suficientes para uma determinação mais precisa das ciências morfológicas com vistas ao todo de sua teoria da ciência.

§ 6. *Orgânico e inorgânico.* Em seu texto *Sobre a vontade na natureza*, Schopenhauer opera uma clara distinção entre orgânico e inorgânico. Para ele, “vivo e orgânico são sinônimos”, e seria um grande equívoco querer atribuir vida ao inorgânico

<sup>26</sup> Cf. idem, § 36, p. 148; § 39, p. 152 e o nosso § 3A.

<sup>27</sup> Cf. idem, § 39, p. 151 ss.; WWV I, § 15, p. 108 ss.

<sup>28</sup> SCHOPENHAUER, A. N, p. 142.

<sup>29</sup> SCHOPENHAUER, A. WWV I, § 17, p. 138.

<sup>30</sup> Vale notar que, em toda a obra publicada de Schopenhauer, o termo “morfologia” é mencionado unicamente no livro 2 do vol. I de *O mundo como vontade e representação*, e mesmo lá aparece apenas cinco vezes.

– uma pretensão, aliás, bastante corrente na filosofia da natureza romântica de seu tempo. Segundo ele,

não há, em toda a natureza, nenhuma fronteira tão nítida como aquela entre orgânico e inorgânico, quer dizer, entre aquilo em que a forma é o essencial e permanente, e a matéria o acidental e cambiável – e aquilo em que a relação é oposta. (...) [Q]uerer suspendê-la significa trazer propositadamente confusão aos nossos conceitos.<sup>31</sup>

Diante dessa distinção segue quase que automaticamente a conclusão de que, se o orgânico é determinado principalmente pela forma e o inorgânico pela matéria, a morfologia, que trata da descrição de figuras, haverá de ser a ciência própria do orgânico, enquanto que a etiologia, que explica mudanças, fornecerá o método adequado para compreender o inorgânico, os patamares mais inferiores da manifestação da vontade, onde o elemento *a priori* ainda é preponderante – o que também Schopenhauer parece presumir em diversas passagens (cf. por exemplo a citação de WWV I, § 17 ao início de nossa seção 2.2).<sup>32</sup> – E é essa efetivamente a regra, embora a etiologia também se estenda sobre o campo do orgânico (como fisiologia), assim como a morfologia sobre o do inorgânico (por exemplo como mineralogia), onde, porém, são excedidas pela ciência mais adequada a cada âmbito.<sup>33</sup>

## 2.1. Ciências etiológicas

§ 7. *A indução na etiologia.* O procedimento que caracteriza a etiologia – a qual, segundo Schopenhauer, inclui mecânica, física, química, fisiologia, entre outras – é a *explicação* dos fenômenos segundo a causalidade (princípio de razão do devir), determinando com isso

---

<sup>31</sup> SCHOPENHAUER, A. N, p. 138; cf. WWV II, cap. 23, p. 346.

<sup>32</sup> Também Morgenstern corrobora com essa concepção (cf. MORGENSTERN, M. *Schopenhauers Philosophie der Naturwissenschaft*, p. 151 s. sobre etiologia e p. 172 s. sobre morfologia).

<sup>33</sup> A fisiologia, a ciência etiológica que lida com o orgânico enquanto tal, se comparada à física ou à química, é capaz apenas de uma explicação altamente deficiente de seu objeto. Daí Schopenhauer afirmar, em uma carta a Frauenstädt: “Fisiologia é o ápice da ciência da natureza como um todo e seu campo é o mais obscuro” (*apud* ZAMBONINI, F. “Schopenhauer und die modernen Naturwissenschaften” in: *XXII. Jahrbuch der Schopenhauer-Gesellschaft*, p. 49). Sobre a morfologia no inorgânico, cf. p. ex. WWV I, § 17, p. 139: “a esta [etiologia] já tende também a mineralogia, a qual pertence principalmente a morfologia, especialmente ali onde se torna geologia”.

sua posição no tempo e no espaço segundo uma lei, cujo conteúdo determinado foi ensinado pela experiência, cuja forma geral e necessidade [o princípio de razão suficiente, que nos é conhecido *a priori*], porém, nos é consciente independentemente dela.<sup>34</sup>

O elemento que distingue a etiologia é, pois, a possibilidade de estabelecer uma *lei necessária* que determine, para todos os casos, a posição no tempo e no espaço de dado fenômeno. O material para essa lei é abstraído a partir da empiria; sua razão de conhecer é fornecida pelo princípio de razão suficiente do devir, que, por ser a forma do entendimento, nos é consciente *a priori*. Essa lei, que torna possível a explicação do aparecimento de dado fenômeno a partir de suas causas como razão suficiente de sua existência, recebe o nome de *lei natural* [*Naturgesetz*]. É unicamente essa possibilidade de estabelecer leis naturais – e, portanto, de uma subordinação dos fenômenos por ela descritos segundo a lei da causalidade – que caracteriza a etiologia. Logo, a explicação etiológica consiste na subordinação de conceitos sob a forma de conexões necessárias, cuja razão de conhecer ulterior encontra-se em um nexos entre eventos reais segundo o princípio de razão do devir (cf. o nosso § 4).

§ 8. *O objeto da etiologia.* Dado que a etiologia busca sempre o estabelecimento de leis necessárias que rejam o nexos entre eventos empíricos, seu objeto reduz-se, em última instância, em concordância com a definição geral do conteúdo do conhecimento científico (§ 4), à determinação de meras *relações* no tempo e no espaço, segundo a lei de causalidade. Conforme indicado anteriormente (§ 6), o objeto privilegiado da etiologia é o mundo inorgânico, uma vez que nele a matéria e suas transformações constituem o elemento principal, sendo também as formas *a priori* do intelecto preponderantes neste âmbito, o que permite uma explicação mais exaustiva de seus fenômenos segundo a causalidade.

§ 9. *A história.* Segundo a perspectiva de Schopenhauer sobre a ciência, a história, *fosse ela uma ciência*, haveria de ser considerada etiológica. Também ela busca estabelecer relações entre diferentes aparições no tempo e no espaço, e distingue-se das demais ciências etiológicas unicamente devido ao *grau* de obscuridade que o nexos

---

<sup>34</sup> SCHOPENHAUER, A. WWV I, § 17, p. 139.

causal adquiriu no âmbito de sua competência (o agir humano segundo motivos, acompanhado de representações abstratas)<sup>35</sup> e à *diferente perspectiva* que temos sobre esse nexos: pois “a motivação”, fio condutor da história, “é a causalidade vista de dentro”.<sup>36</sup> Enquanto que, na fisiologia, onde o nexos causal se dá sob a forma do estímulo, a etiologia aparece já com força explicativa altamente reduzida, ela se torna completamente incompetente para explicar – isto é, ordenar sistematicamente – as ações humanas, que ocorrem sob a forma da lei de motivação.<sup>37</sup>

§ 10. *O limite da etiologia.* Vemos, assim, que, na fisiologia e na história, a etiologia encontra um limite para seu poder explicativo. Na fisiologia, a perseguição do fio condutor da causalidade é incerta, inconclusiva, insuficiente, dando muitas vezes lugar a explicações teleológicas, a-causais. A história, por sua vez, nem mesmo é considerada ciência em sentido estrito. Mas mesmo nas ciências – como mecânica e hidráulica – que investigam as aparições mais simples da natureza já há um resto inexplicável, algo sempre pressuposto em suas explicações, o qual apenas se dilata progressivamente na medida em que avançamos do inorgânico em direção ao orgânico. Mesmo “a mais completa explicação etiológica de toda a natureza” nada mais é além de “uma listagem das forças inexplicáveis e uma indicação segura da regra segundo a qual as aparições das mesmas aparecem no tempo e no espaço, sucedendo-se, dando lugar umas às outras”.<sup>38</sup> Essa pretensa explicação, porém, deixa a “essência interior das forças que assim aparecem (...) sempre inexplicada”, limitando-se a apontar “a aparição e sua ordem”, sendo, portanto, insuficiente para o “pesquisador filosófico”, o qual quer conhecer, para além dessa mera ordenação dos fenômenos, também “o significado dessas representações”.<sup>39</sup>

A explicação, por ser recondução a uma razão, mantém-se no interior do âmbito

---

<sup>35</sup> Cf. SCHOPENHAUER, A. N, p. 125: “O serviço prestado aos animais e homens pela cognição como meio dos motivos é prestado às plantas pela receptividade a estímulos, aos corpos inorgânicos pela receptividade a causas de todo tipo, e, tomado de modo preciso, tudo isso se distingue apenas em grau”.

<sup>36</sup> SCHOPENHAUER, A. SG, § 43, p. 162.

<sup>37</sup> Cf. SCHOPENHAUER, A. WWV I, § 14, p. 101. Adotamos aqui a perspectiva que Schopenhauer assume sobre a relação entre motivação e causalidade a partir de *Sobre a visão e as cores*, a qual ainda não está presente na primeira versão de *Sobre a quádruplice raiz do princípio de razão suficiente*. Para a teoria das três causas cf. SCHOPENHAUER, A. *Über das Sehen und die Farben*, cap. 1; WWV I, § 23, p. 160 ss.; N, p. 283 ss.

<sup>38</sup> SCHOPENHAUER, A. WWV I, § 17, p. 140.

<sup>39</sup> Idem, p. 140 s.; cf. o nosso § 4.

do princípio de razão suficiente, cuja origem no sujeito determina sua incompetência para tratar o objeto em seu aspecto essencial, que ultrapasse as relações em que este se encontra enquanto mero objeto conectado às demais aparições segundo a lei da causalidade. A lei natural não nos dá nenhum esclarecimento acerca da “essência interior” do fenômeno que aparece, chamada de “*força da natureza*” [*Naturkraft*], de maneira que esta é sempre pressuposta na explicação etiológica, a qual simplesmente “determina de maneira fiel e com precisão matemática como, onde, quando cada força se manifesta”.<sup>40</sup> A explicação etiológica determina apenas a “ordem relativa do surgimento” das aparições “no tempo e no espaço” (cf. o nosso § 8); no entanto, “não nos ensina mais sobre aquilo que assim surge”, sobre o que essas aparições são em si mesmas.<sup>41</sup>

A explicação etiológica desemboca, em última instância, em uma mera *descrição* das forças, as quais são pressupostas por ela como *qualitates occultae*:

Quando, porém, nos entregamos à sua instrução, logo nos damos conta de que a informação que buscamos principalmente nos é dada tão pouco pela etiologia, quanto pela morfologia. (...) Pois, muito embora a etiologia tenha alcançado seu objetivo da maneira mais plena na mecânica e da maneira menos plena na fisiologia; a força, entretanto, graças à qual uma pedra cai para a terra ou um corpo impulsiona o outro, segundo sua essência interior, não nos é menos estranha e misteriosa do que aquela que produz os movimentos e o crescimento de um animal.<sup>42</sup>

Vale ter em mente essa redução ulterior da etiologia à descrição, uma vez que, se a assumirmos, alguns dos questionamentos que faremos daqui em diante acerca da morfologia também valerão, em certa medida, para as ciências etiológicas – e, logo, para as ciências da natureza como um todo.<sup>43</sup>

## 2.2. Ciências morfológicas

---

<sup>40</sup> Idem, p. 140.

<sup>41</sup> Idem, p. 141.

<sup>42</sup> Idem, p. 140.

<sup>43</sup> Mesmo Malter e Morgenstern, que, de maneira geral, se abstêm de uma consideração mais detalhada sobre a morfologia, reconhecem, em determinado grau, essa redução ulterior de todo trabalho científico à mera descrição (cf. MORGENSTERN, M. „Die Grenzen der Naturwissenschaft und die Aufgabe der Metaphysik bei Schopenhauer“ in. *LVII. Jahrbuch der Schopenhauer Gesellschaft*, p. 88; MALTER, R. *Arthur Schopenhauer: Transzendentalphilosophie und Metaphysik des Willens*, p. 165 s.).

No § 17 de *O mundo como vontade e representação*, Schopenhauer nos dá a única breve definição da morfologia. Nessa passagem, ela é definida como a denominação geral para as ciências como a botânica ou a zoologia, as quais apresentam, distinguem e classificam, em “sistemas artificiais e naturais”, “as diferentes figuras orgânicas que permanecem no constante câmbio dos indivíduos, e que por isso são firmemente determinadas, as quais compõem uma grande parte do conteúdo da representação intuitiva”.<sup>44</sup>

Aparentemente, a principal razão para a posição secundária relegada à morfologia na teoria da ciência de Schopenhauer encontra-se no fato de, diferentemente da etiologia, esta não ser capaz de *explicar* os fenômenos que lhe servem de objeto, mas unicamente de *descrevê-los* e de *classificá-los*. Lembremos, primeiramente, que essa distinção perde força se considerarmos, conforme visto no parágrafo anterior, que também a etiologia se reduz, em última instância, a uma descrição e classificação das forças da natureza. Principalmente, porém, interessa-nos apontar que essa definição da morfologia parece problemática se comparada àquela que Schopenhauer fizera do método científico nos §§ 14-15 de *O mundo como vontade e representação* (veja-se o nosso § 3): pois qual princípio de razão poderíamos atribuir, como fio condutor, a uma tal forma de ciência?

§ 11. *O método da morfologia*. Como mencionado, o procedimento morfológico parece consistir em dois passos: a *descrição* das figuras permanentes e a *classificação sistemática* do conhecimento assim obtido.<sup>45</sup>

A) *A dedução na morfologia*. À primeira vista, somos tentados a identificar a *classificação*, que corresponderia ao momento dedutivo-axiomático (§ 3A) destas ciências, com um procedimento racional de subordinação e articulação sistemática de seus conceitos. Morgenstern não hesita em descrever a classificação como uma forma particular do método dedutivo-axiomático da ciência.<sup>46</sup> Também Rudolf Malter assume essa solução, indicando, inclusive, o método dedutivo como sendo o único método da

---

<sup>44</sup> SCHOPENHAUER, A. WWV I, § 17, p. 138.

<sup>45</sup> Cf. idem, p. 138 s.; § 14, p. 101: “As ciências efetivamente classificadoras: zoologia, botânica (...)”;  
MORGENSTERN, M. *Schopenhauers Philosophie der Naturwissenschaft*, p. 173.

<sup>46</sup> Cf. MORGENSTERN, M. *Schopenhauers Philosophie der Naturwissenschaft*, p. 173.

morfologia.<sup>47</sup>

No entanto, essa concepção carece de maior explanação. Pois, após um exame mais detalhado, não parece auto-evidente que a “*hierarquia de características [Merkmale]*” operada na classificação morfológica ocorra unicamente segundo o princípio de razão do conhecer, como o querem Morgenstern e Malter, já que essas características, sendo sensíveis, não se encontram, em princípio, em uma relação meramente lógica. Além disso, Schopenhauer atribui, além da mera classificação dos seres vivos, ainda outra tarefa à morfologia, a qual consiste em apontar “uma analogia infinitamente nuançada das mesmas [figuras orgânicas] no todo e nas partes (*unité de plan*), que perpassa todas elas”<sup>48</sup>, um trabalho que evidentemente ultrapassa a mera classificação das espécies em gêneros, ordens e classes – e talvez a própria tarefa da ciência como um todo.

O grande botânico sueco Carl von Linné é considerado como tendo sido o primeiro a instituir um sistema eficaz para a classificação e taxonomia dos seres vivos. Em suas obras, vemo-lo esforçado por estabelecer critérios que permitissem organizar as plantas em sistemas naturais e artificiais, por meio dos quais o manejo do imenso número de espécies conhecidas fosse facilitado: para ele, a sistematicidade é “o fio de Ariadne na botânica”.<sup>49</sup> Ele considera *natural* a divisão em *espécies* e *gêneros*, enquanto que as divisões em *ordens* e *classes* seriam artificiais, criadas com a finalidade de facilitar o trabalho com gêneros muito numerosos.<sup>50</sup> Para tal, seu método (hoje conhecido como “nomenclatura binomi[n]al”) consiste em determinar *nomenclaturas duplas* para cada espécie, das quais uma (*genérica*) expressaria o gênero à qual ela pertence, e a outra (*específica*), a diferença que a distingue das demais espécies pertencentes a esse gênero.<sup>51</sup> Dessa maneira, Linné foi capaz de reduzir o trabalho incomensurável de comparar todas as figuras orgânicas entre si para estabelecer suas

<sup>47</sup> Cf. MALTER, R. *Arthur Schopenhauer: Transzendentalphilosophie und Metaphysik des Willens*, p. 165: “a morfologia, que se dedica apenas à ‘descrição’ de figuras e que, como ciência puramente classificadora (não etiológica), se movimenta no âmbito da razão (sem relação direta com o entendimento)”.

<sup>48</sup> SCHOPENHAUER, A. WWV I, § 17, p. 138.

<sup>49</sup> LINNÉ, C. *Fundamentos botânicos*, p. 49. Cf. PALÁU Y VERDÉRA, A. *Sistema de los vegetables*, p. v s.

<sup>50</sup> Cf. PALÁU Y VERDÉRA, A. *Sistema de los vegetables*, p. vi s.; LINNÉ, C. *Gattungen der Pflanzen und ihre natürliche Merkmale*, §§ 6, 8; LINNÉ, C. *Fundamentos botânicos*, p. 51.

<sup>51</sup> Cf. LINNÉ, C. *Fundamentos botânicos*, VII, VIII.

semelhanças e diferenças a um *sistema de subordinação conceitual*: cada espécie recebe um nome específico e um nome genérico, que a subordinam ao gênero ao qual pertence, ao mesmo tempo que a distinguem das demais espécies contidas naquele gênero. Assim, Linné facilitou imensamente a introdução de novas espécies no sistema, não sendo mais necessário recomeçar do início o trabalho classificatório sempre que uma espécie com novas características é descoberta.

Na linguagem da teoria da ciência de Schopenhauer, isso significa que Linné estabeleceu um sistema de classificação e ordenação sistemática da botânica ao reduzir cada espécie a um conceito duplo, que, em si, já indicaria sua posição no interior do todo do sistema e sua relação com os conceitos das demais espécies – atingiu-se uma forma sistemática e, com isso, a facilitação do saber visada pela ciência (cf. o nosso § 2). Além disso, ele ainda dividiu os gêneros em classes e ordens para facilitar a visão do todo e das partes. Com isso, pôde formar um sistema botânico (que serve de modelo para todo sistema morfológico em geral) com base no *princípio de razão do conhecer*, subordinando seus elementos – agora transformados em conceitos – de maneira puramente lógica.

Como dito, a nomenclatura binomial foi largamente aclamada pelos cientistas da época: desde pesquisadores como Blumenbach, o grande fisiólogo alemão e professor de Schopenhauer em Göttingen, que não apenas reconhece o valor da sistematicidade na morfologia, mas é também partidário da divisão de Linné dos reinos e gêneros animais, adotando-a como fio condutor da classificação feita em seu *Handbuch der Naturgeschichte*<sup>52</sup>, até outros, como por exemplo Cuvier, que, embora submetendo as divisões genéricas propostas por Linné a duras críticas, seguiram utilizando seu modelo, louvando a sistematicidade por ele alcançada. Goethe, em seu relato autobiográfico sobre a botânica, afirma que Linné lhe abriu as portas para o problema da classificação na botânica. Foi diante de sua obra que Goethe reconheceu pela primeira vez a simultânea necessidade e impossibilidade da “tarefa de designar gêneros com segurança e de subordinar-lhes as espécies”: “mesmo o homem mais genial e perspicaz pudera acessar e dominar a natureza apenas *en gros*”.<sup>53</sup> Também Saint-Hilaire, embora

---

<sup>52</sup> Cf. BLUMENBACH, J. F. *Handbuch der Naturgeschichte*, p. 42.

<sup>53</sup> GOETHE, J. W. “Der Verfasser teilt die Geschichte seiner botanischen Studien mit” in: Beutler, E. (Ed.): *Gedenkausgabe der Werke, Briefe und Gespräche*, vol. 17, p. 76 s.

pretendesse ir além da mera classificação com sua *théorie des analogues*, reconhecia que “grupar os entes e compreendê-los em um sistema, para recorrer a ele como a um repertório, foi durante muito tempo o objeto principal dos trabalhos em história natural”.<sup>54</sup> O sistema binomial de Linné tornou-se, com poucas modificações, a nomenclatura padrão utilizada até hoje na taxonomia dos seres vivos.

B) *O problema da indução na morfologia.* Ao reduzir as espécies a conceitos, Linné foi capaz de atingir, na botânica, a sistematicidade que, segundo Schopenhauer, constitui a parte dedutiva do método científico (§ 3A). E, com efeito, os morfologistas posteriores são quase unívocos em considerar que foi apenas após ele que a Botânica passou a avançar regularmente, como uma ciência verdadeiramente sistemática. Por outro lado, as divisões propostas por Linné sofreram várias e duras críticas nos mais diversos pontos. O grande problema da morfologia, em torno da qual giraram os maiores debates que marcaram o nascimento das disciplinas morfológicas enquanto ciências sistemáticas, passou a ser justamente o método para realizar essa transposição da espécie ao conceito, o qual, em última instância, determinaria também *quais* articulações particulares entre as espécies seriam corretas e admissíveis na classificação. Ou seja: Linné apenas concebeu uma *forma* sistemática para a morfologia, mas não forneceu um método universal que determinasse a maneira pela qual seu *conteúdo* adentraria essa forma.

O problema torna-se mais claro quando considerado a partir da perspectiva da teoria da ciência de Schopenhauer. A *descrição* (isto é, a transposição do material empírico para o conceito), quando entendida como forma do método científico indutivo (§ 3B), apresenta um problema: pois, na etiologia, a conexão dos conceitos repousava sobre uma conexão causal real como sua razão de conhecer (§§ 7-8), havia uma correspondência visível entre o nexos dos conceitos e o nexos dos eventos reais: a etiologia, como a matemática (§ 5), movimenta-se no interior das formas do princípio de razão suficiente. Aquilo que não penetra essas formas permanece como “resto”, como uma *qualitas occulta* inescrutável. A morfologia, porém, não trata de eventos conectados por meio da causalidade, mas apenas descreve figuras permanentes. Diante desse problema, Morgenstern sugere a possível presença de uma distinção tácita entre

---

<sup>54</sup> SAINT-HILAIRE, E. G. *Principes de philosophie zoologique*, p. xxiii.

“leis causais como leis de sucessão e leis estruturais como leis de coexistência”, subjacente à divisão da ciência em etiologia e morfologia<sup>55</sup>; no entanto, ele considera duvidoso que Schopenhauer tenha reconhecido uma distinção formal entre essas duas espécies de necessidade, a qual também introduziria diversos problemas em sua apresentação sistemática das ciências, uma vez que apresentaria uma nova figura do princípio de razão, distinta tanto do princípio de razão do devir, como do princípio de razão do ser. Resta, então, a questão: qual seria a forma de necessidade que mediaría a apreensão empírica das figuras orgânicas e sua articulação sistemática sob forma de conceitos?

§ 12. *A impossibilidade de um sistema natural científico do orgânico.* Kant, em sua *Crítica da faculdade do juízo*, pretende abordar o problema da possibilidade da ciência no reino orgânico, questionando-se como seria possível à faculdade do juízo extrair leis e constituir sistemas a partir de um material empírico que não se reduz à forma *a priori* da necessidade fornecida pelo entendimento. – A faculdade do juízo (cuja função seria “pensar o particular como contido sob o universal”<sup>56</sup>), diz ele, pode proceder de duas maneiras: de um lado, estando dado o universal (o qual, justamente para que seja universal, pode ser fornecido unicamente de maneira *a priori*, consistindo, na linguagem de Schopenhauer, nas distintas formas do princípio de razão suficiente (§ 1)), ela é *determinante* [*bestimmend*], e submete o caso particular à regra universal; de outro, se nos é dado unicamente o *particular* (o qual pode ser dado somente na experiência), ela procede de maneira *reflexiva*, buscando estabelecer *leis empíricas* a partir do material empírico fornecido. Na investigação empírica da natureza, a reflexão sobre os objetos orienta-se “segundo a natureza”, e não esta segundo aquela – caso em que o juízo haveria de ser determinante. Nessa função, a faculdade do juízo age de maneira reflexiva, seguindo uma “máxima” subjetiva, um “princípio transcendental dos juízos”.<sup>57</sup>

---

<sup>55</sup> MORGENSTERN, M. *Schopenhauers Philosophie der Naturwissenschaft*, p. 175.

<sup>56</sup> KANT, I. *Kritik der Urteilskraft*, B xxv s.

<sup>57</sup> KANT, I. *Kritik der Urteilskraft*, B xxx s. Vale notar que há aqui um pensamento subjacente que pode ser reencontrado, posteriormente, tanto em Goethe como também em Schopenhauer. Trata-se do problema do progressivo obscurecimento do conhecimento à medida que este avança para aparições mais complexas da natureza. Assim como Kant reconhece que as formas e leis apriorísticas de nosso aparato cognitivo são insuficientes para determinar as leis que regem o mundo orgânico, também Goethe afirma

Kant afirma que, com isso, seríamos capazes de encontrar “uma tal unidade sistemática” na natureza, mas unicamente porque, já de antemão, “precisamos assumir necessariamente que houvesse uma tal unidade, sem que, no entanto, fôssemos capazes de reconhecê-la e de comprová-la”.<sup>58</sup> “Essa concordância”, diz Kant,

da natureza com nossa faculdade cognitiva é pressuposta a priori pela faculdade do juízo, com vistas à sua reflexão sobre a mesma segundo suas leis empíricas; (...) porque, sem pressupô-la, não teríamos nenhuma ordem da natureza segundo leis empíricas, e, conseqüentemente, nenhum fio condutor [para a experiência ou para o conhecimento da natureza] (...).<sup>59</sup>

Dentre essas pressuposições encontra-se também a de que

nela [isto é, na natureza] haja uma subsunção de gêneros e espécies compreensível para nós; que estas, por sua vez, se aproximem umas das outras segundo um princípio comum, para que seja possível a passagem de uma para a outra e, com isso, para um gênero mais elevado (...).<sup>60</sup>

Em suma: Kant assume que, embora não seja possível encontrar um fio condutor *a priori* para a classificação dos seres vivos, a faculdade do juízo, entretanto, para que apenas seja possível um conhecimento do mundo orgânico, precisa observar os casos particulares da natureza já pressupondo, de início, a possibilidade de uma tal ordem e classificação.

Seria esse, então, o fundamento da indução nos casos – como o da classificação morfológica da natureza orgânica – em que não há uma necessidade *a priori* que a justifique. Mas também essa solução de Kant resulta apenas na afirmação de que

---

“que as naturezas orgânicas se tornam tanto mais perfeitas, quanto menos os princípios mecânicos são aplicáveis a elas” (GOETHE, J. W. “Vorarbeiten zu einer Physiologie der Pflanzen” in: Beutler, E. (Ed.): *Gedenkausgabe der Werke, Briefe und Gespräche*, vol. 17, p. 116). Esse raciocínio haverá de tornar-se um elemento principal da doutrina de Schopenhauer, a cuja apresentação ele dedicará uma grande parte de seu capítulo sobre astronomia física em *Sobre a vontade na natureza* (p. 141 ss.): “Tudo aquilo que é conhecido nas coisas apenas empiricamente, apenas *a posteriori*, é em si *vontade*: em contrapartida, na medida em que as coisas são determináveis *a priori*, pertencem somente à *representação*, à mera aparição. Por isso a compreensibilidade das aparições da natureza é reduzida na medida em que a vontade nelas se manifesta cada vez mais nitidamente, quer dizer, na medida em que se encontram mais e mais alto na escala dos entes” (cf. os nossos §§ 9-10). Reservo para outra ocasião o desenvolvimento deste tema altamente significativo.

<sup>58</sup> KANT, I. *Kritik der Urteilskraft*, B xxxiv.

<sup>59</sup> Idem, B xxxvi.

<sup>60</sup> Idem, B xxxv.

haveria uma disposição subjetiva para buscar na experiência leis e regularidades, sem, no entanto, estabelecer critérios mais precisos segundo os quais essa busca deveria ser empreendida – sim, a irreduzibilidade do material às formas *a priori* de nossa cognição seriam, com efeito, a condição e a prova da impossibilidade de estabelecer esses critérios de antemão. Os métodos, sempre empíricos, para encontrar tais regularidades e articulações da natureza orgânica, estariam, pois, sujeitos a variações, não havendo um ponto fixo (alguma forma *a priori* do princípio de razão) sobre o qual pudessem se apoiar. Consequentemente, podemos concluir que, graças a essa falta de um critério *a priori* que pudesse fundamentar a sistematicidade na morfologia, não seria possível criar um *sistema natural* dos entes orgânicos (em relação ao qual o juízo teria de ser determinante), mas apenas um sistema *artificial*, isto é, válido para as formas de nossa cognição, embora não correspondendo a uma ordem intrínseca à natureza.

E é justamente essa dificuldade em estabelecer um sistema natural de classificação que observamos quando nos voltamos às soluções dadas pelos morfologistas a esse problema. Linné diz que, se toda característica fosse suficiente para determinar um gênero, teríamos tantos gêneros quanto espécies, e o trabalho de classificação seria ineficiente.<sup>61</sup> Seria preciso, portanto, para que haja sistematicidade no conhecimento, assumir a possibilidade de estabelecer gêneros naturais, os quais haveriam de distinguir-se por meio de *características genéricas* [*Gattungsmerkmale*], as quais poderiam ser tanto *factícias* (convencionais), como *essenciais* (que fornecem um traço próprio de um único gênero), ou também *naturais*. A característica natural, por reunir *todos* os traços distintivos de dado gênero, contém em si as outras duas formas de característica, sendo, assim, a mais completa.<sup>62</sup> Dessas características, Linné diz que elas “fornecem um certo número de letras das plantas, as quais precisamos ler para aprender os seus traços distintivos”.<sup>63</sup>

Para determinar as características naturais de cada gênero, Linné elegeu o *órgão reprodutivo* das plantas, segundo seu número, sua situação, sua conexão e sua proporção, como o elemento principal sobre o qual basearia a classificação.<sup>64</sup> Esses

---

<sup>61</sup> LINNÉ, C. *Gattungen der Pflanzen und ihre natürliche Merkmale*, § 8.

<sup>62</sup> Idem, §§ 15-18; cf. LINNÉ, C. *Fundamentos botânicos*, p. 59-61.

<sup>63</sup> LINNÉ, C. *Gattungen der Pflanzen und ihre natürliche Merkmale*, § 11.

<sup>64</sup> Cf. PALÁU Y VERDÉRA, A. *Sistema de los vegetables*, p. vi, vii s.; LINNÉ, C. *Gattungen der Pflanzen und ihre natürliche Merkmale*, §§ 7, 20.

critérios, diz ele, são “princípios mecânicos certos e constantes”<sup>65</sup>, mais corretamente: critérios oriundos das *matemáticas*, cuja certeza *a priori* forneceria um fio condutor seguro (segundo o princípio de razão do ser) para a classificação das espécies. Linné pretende, com isso, reduzir as formas orgânicas a esquemas espaciais que possam ser comparados com precisão geométrica. – No entanto, fosse realmente esse o caso, fosse a morfologia apenas a descrição matemática de um objeto empírico, então caberia a ela a analogia tecida por Schopenhauer para a história:

O mero, puro historiador, que trabalha unicamente segundo os dados, é como alguém que, sem qualquer conhecimento da matemática, investiga, por meio da medição, a relação de figuras encontradas ao acaso, cujas alegações, encontradas empiricamente, encontram-se, portanto, contaminadas com todos os equívocos da figura desenhada.<sup>66</sup>

As espécies, sendo objetos empíricos, não se prestam a esse tipo de análise puramente matemática.

Além disso, mesmo concedendo à morfologia a possibilidade de um tratamento de seu objeto que fosse pelo menos análogo ao da matemática, resta ainda a outra parte do problema: qual é a razão para a escolha do órgão reprodutivo como objeto privilegiado dessa apreciação? Linné critica Tournefort por ter extraído seus critérios de classificação das plantas unicamente das pétalas e dos frutos, e outros, que buscavam baseá-la na forma geral das plantas. Esses elementos, diz ele, seriam insuficientes para criar um sistema natural de classificação botânica – uma perspectiva como essa levaria a ignorar um número demasiado grande de “letras” fornecidas pela morfologia das plantas, e não há nenhum “princípio da razão ou da experiência” que justifique esse método.<sup>67</sup> Já seu próprio método, diz Linné, encontra-se baseado na empiria:

Para, porém, fabricar tais características, é preciso reunir todas as espécies conhecidas, descrever com precisão aquelas quatro propriedades em todas as partes presentes na flor, e excluir aquelas que não se encontram em todas as espécies, conservando apenas as que sejam comuns.<sup>68</sup>

---

<sup>65</sup> LINNÉ, C. *Gattungen der Pflanzen und ihre natürliche Merkmale*, § 19.

<sup>66</sup> SCHOPENHAUER, A. *WWV I*, § 51, p. 311.

<sup>67</sup> LINNÉ, C. *Gattungen der Pflanzen und ihre natürliche Merkmale*, § 11.

<sup>68</sup> *Idem*, § 20.

Ou seja, Linné percebe que não há, de fato, um fio condutor *a priori* que permita determinar quais seriam as características relevantes de cada espécie – esse critério deve ser buscado de maneira exclusivamente *a posteriori*: “nada resta senão submetermo-nos às leis da natureza e aprendermos a buscar, por meio de uma diligência incansável, as características que as plantas têm em si”.<sup>69</sup> A caracterização dos gêneros como conjuntos de espécies que possuem “frutificações de estruturas semelhantes”, baseado em “certa conformidade dos vegetais afins e congêneres” em um certo número de elementos<sup>70</sup>, não revela atrás de si nenhum critério apriorístico seguro, e não pode, portanto, ser considerado um sistema natural no sentido forte da palavra.

Essa ausência de um critério *a priori* mostra-se ainda mais nitidamente quando vemos as críticas de morfologistas posteriores ao sistema de Linné. Segundo Flourens e Cuvier – pesquisadores, aliás, que gozavam de grande estima da parte de Schopenhauer –, por exemplo, as divisões de Linné são imprecisas. Para eles, este último chega a confundir espécies e gêneros que já Aristóteles separara de maneira mais precisa.<sup>71</sup> Ele classificara, sob o título de *vermes*, um grande número de espécies altamente distintas, o que, segundo Flourens, se deve igualmente a um déficit de observação empírica.<sup>72</sup> Para Cuvier e Flourens, uma distribuição sistemática das espécies “pressupõe um conhecimento assaz extenso das estruturas das quais ela deveria ser de alguma forma a representação”.<sup>73</sup>

Mas qual seria, então, o método indutivo proposto por Cuvier? No fundo, o mesmo que o de Linné. Também Cuvier assume os órgãos e suas funções como os elementos determinantes dos seres vivos, a serem comparados entre si. Segundo Flourens, no método de Cuvier, “tudo consiste em conhecer a *importância relativa* das partes e em subordiná-las umas às outras no *método* da mesma maneira em que estão subordinadas na própria *organização*”.<sup>74</sup> Assim como Linné identificara o órgão

---

<sup>69</sup> Idem, § 8.

<sup>70</sup> LINNÉ, C. *Fundamentos botânicos*, p. 51.

<sup>71</sup> Cf. FLOURENS, P. *De L'unité de composition et du débat entre Cuvier et Geoffroy Saint-Hilaire*, p. 114 s.

<sup>72</sup> Cf. idem, p. 86 ss.; Cuvier. *Histoire de ses travaux*, p. 26 ss.

<sup>73</sup> FLOURENS, P. *De L'unité de composition et du débat entre Cuvier et Geoffroy Saint-Hilaire*, p. 101.

<sup>74</sup> FLOURENS, P. *Cuvier. Histoire de ses travaux*, p. 78. Que na mesma passagem Flourens chame esse método de *a priori* não pode ser tomado em sentido absoluto, mas apenas em oposição ao método que ele chama de empírico, o qual substitui a importância (desconhecida) de dado órgão por seu signo sensível, a constância.

reprodutivo como o elemento principal dos vegetais, presente em todos sob as mais diversas modificações, Cuvier baseará suas classificações das espécies animais primariamente sobre a forma do *sistema nervoso* (a qual forneceria os gêneros ou *embranchements*), em seguida, sobre a do sistema circulatório e respiratório (que forneceria as classes), depois sobre a dos órgãos de mastigação e do tato (que forneceria as ordens).<sup>75</sup> A diferença em relação a Linné não está, de fato, no método, mas unicamente em um grau mais refinado de observação empírica, o qual forneceria distribuições mais precisas e eficazes das espécies animais – mas também Cuvier não fornece critérios metódicos para essa observação, de maneira que não temos razão para afirmar que seu sistema fosse efetivamente mais *natural* que aquele proposto por Linné.<sup>76</sup>

§ 13. *Um sistema natural filosófico do orgânico?* Para tentar escapar da arbitrariedade do método de Linné, Saint-Hilaire, o grande oponente de Cuvier na disputa acerca da *unité de plan* ou *de composition* dos animais, defende que a classificação dos seres vivos deveria ser baseada não nas modificações de algum órgão específico, mas unicamente nas *conexões*, isto é, na “posição, [n]as relações e [n]as dependências das partes” de uma figura orgânica.<sup>77</sup> Saint-Hilaire pretendia, para falar com Kant, tomar como máxima transcendental a pressuposição de uma *harmonia generalizada* entre os seres vivos.<sup>78</sup> Segundo ele, “cada subdivisão do ramo principal deposita uma parte do fluido que ela contém e dá exatamente seus diversos produtos, em uma ordem de superposição, que é aquela de sua ligação com o ramo principal”.<sup>79</sup> Dessa maneira, seria possível apontar a posição de um órgão particular em relação ao todo da figura orgânica, e determinar, a partir dessa relação, órgãos análogos em outras espécies. Assim descobriríamos, por exemplo, que a pata dianteira do cavalo ou a nadadeira dianteira do peixe é o órgão análogo à mão humana, embora suas formas, composições e funções sejam distintas. Saint-Hilaire esforça-se por excluir a

<sup>75</sup> Cf. FLOURENS, P. *De L'unité de composition et du débat entre Cuvier et Geoffroy Saint-Hilaire*, p. 122 ss.; *Cuvier. Histoire de ses travaux*, p. 40 ss., 47.

<sup>76</sup> Cf. FLOURENS, P. *Cuvier. Histoire de ses travaux*, p. 29.

<sup>77</sup> SAINT-HILAIRE, E. G. *Principes de philosophie zoologique*, p. xxxii, xxv s.

<sup>78</sup> Cf. FLOURENS, P. *De L'unité de composition et du débat entre Cuvier et Geoffroy Saint-Hilaire*, p. 34s.

<sup>79</sup> SAINT-HILAIRE, E. G. *Principes de philosophie zoologique*, p. xxix.

contingência de seu método ao recusar a adoção de um órgão ou função específicos – em suma: de um elemento material – como objeto central da comparação entre as espécies, como Linné fizera com os órgãos reprodutivos e com a frutificação dos vegetais e Cuvier com o sistema nervoso dos animais.

A maneira pela qual Schopenhauer se apropria do pensamento desses dois grandes ícones da morfologia francesa revela-nos, talvez, de maneira mais precisa, em que consiste realmente a diferença entre ambos – e também o viés pelo qual o próprio filósofo acompanha o debate. A finalidade principal de Saint-Hilaire era encontrar uma *analogia* que perpassasse todos os seres vivos, sua meta consistia mais na busca por uma unidade subjacente aos seres vivos do que em um método de distinção e classificação. Daí, talvez, o interesse de Schopenhauer por Saint-Hilaire – autor de obras com títulos sugestivos, tais como *Philosophie anatomique* e *Principes de philosophie zoologique* –, cuja perspectiva, poderíamos dizer, é muito mais filosófica do que científica: em *Sobre a vontade na natureza*, a intuição de um *élément anatomique* único é posta em correlação com a unicidade da vontade para a vida.<sup>80</sup> Já para Cuvier, o interesse principal consistia unicamente na distinção e na classificação das espécies. A disputa entre ambos, diz Schopenhauer, teria sido ocasionada pela persistência deste último “em se manter no meramente empírico”, sem buscar uma unidade ideal à qual se submeteriam os fenômenos particulares. Não obstante, Schopenhauer conta Cuvier dentre as principais fontes que confirmariam empiricamente sua tese metafísica.<sup>81</sup>

Vemos, assim, que o interesse de Schopenhauer por esses pesquisadores se dá por um viés não puramente científico, mas filosófico: ele vê correspondências entre os resultados de Lamarck e Cuvier e sua própria concepção metafísica – no caso de Saint-Hilaire chega a haver uma certa coincidência a nível teórico. Deste ponto de vista, a afirmação de Morgenstern, segundo a qual a morfologia “permanece (...) para Schopenhauer uma mera descrição superficial, que não dá ocasião para a consideração metafísica”<sup>82</sup>, precisaria ser revista, especialmente se tomarmos em consideração também as anotações de Schopenhauer para a teoria da ciência, feitas na época da elaboração de sua obra magna – ou seja, antes mesmo do debate entre Saint-Hilaire e

---

<sup>80</sup> Cf. SCHOPENHAUER, A. N, p. 106.

<sup>81</sup> Idem, p. 112.

<sup>82</sup> MORGENSTERN, M. „Die Grenzen der Naturwissenschaft und die Aufgabe der Metaphysik bei Schopenhauer“ in. *LVII. Jahrbuch der Schopenhauer Gesellschaft*, p. 83.

Cuvier atingir o ápice.

Diferentemente da definição lacônica dada por ele à morfologia na obra publicada, essas anotações revelam ainda mais explicitamente que haviam, sim, para Schopenhauer, elos mais profundos entre morfologia e filosofia:

A [ciência da natureza] descritiva tem valor para a Fil[osofia] (...) pelo fato de apresentar corretamente a sequência [*Stufenleiter*] dos entes, por meio de que ela nos ensina a conhecer as distintas potências da objetivação ou da manifestação da vontade, isto é, as ideias específicas.<sup>83</sup>

No entanto, de dois sistemas possíveis, somente um deles, o *natural*, seria de interesse filosófico. O outro, artificial, seria apenas uma construção auxiliar ao sistema natural, com a finalidade de facilitar o conhecimento do grande número de espécies existentes. Ele serve, em última instância, “apenas para que se saiba sempre precisamente de que se fala”. A finalidade primeira do sistema artificial seria, portanto, aquela que Schopenhauer atribuirá à ciência enquanto tal: facilitação do saber (cf. o nosso § 2).

A peculiaridade do sistema artificial, que o torna tão adequado às finalidades do conhecimento, é, segundo Schopenhauer, o uso do *número*: com ele, seria possível precisar distinções que seriam difíceis de fazer por meio de meros conceitos. Ora, vimos (§ 12) que foi exatamente esse o método empregado por Linné, e Schopenhauer cita a sua classificação dos seres vivos como modelo para o sistema artificial.<sup>84</sup> No entanto, para atingir sua finalidade – a “concordância entre a natureza livre e os conceitos determinados” –, o sistema artificial precisa assumir a arbitrariedade de sua perspectiva, já que a matemática se baseia sobre as formas *a priori* da intuição, as quais não pertencem à natureza enquanto tal, mas unicamente à sua aparição no intelecto. Disso seguiria, segundo Schopenhauer, a inconciliabilidade do sistema artificial com o natural.

Ao contrário do primeiro, o sistema natural não se encontraria submisso à finalidade primordial da ciência (facilitação do saber), mas serviria a uma “finalidade filosófica”, isto é, à apresentação da “sequência dos entes” acima mencionada, por meio da “decifração da verdadeira *signatura rerum*”, com o que o filósofo reconheceria “os

---

<sup>83</sup> SCHOPENHAUER, A. HN, vol. I, p. 424.

<sup>84</sup> Idem, p. 424 s.

múltiplos graus e modos da manifestação da vontade”. Logo, o método para a obtenção do sistema natural não poderia se fundar sobre o uso do simbolismo matemático, mas deveria consistir principalmente em uma “autópsia” (observação) “*puramente contemplativa* das figuras dos entes naturais”. A anatomia comparada, por sua vez, serviria ao sistema natural apenas por fornecer a ele novos *dados*.<sup>85</sup>

Vemos, assim, que haveria, para Schopenhauer, a possibilidade de uma *morfologia filosófica*, de um *sistema natural* da natureza orgânica, para o qual os resultados da anatomia comparada forneceriam apenas os dados. Ora, é exatamente esse o uso que Schopenhauer faz dos morfologistas – especialmente de Cuvier – em seu capítulo sobre anatomia comparada do texto *Sobre a vontade na natureza*: interessam-lhe aqui os resultados empíricos, os dados, não as teorias construídas sobre esses dados, as quais estão via de regra contaminadas por preconceitos realistas, mecanicistas, ou mesmo teístas. Isso fica bastante claro na crítica de Schopenhauer a Lamarck em *Sobre a vontade na natureza*, cuja teoria acerca da origem das espécies ele chama de “um engano genial”. A verdade contida no pensamento de Lamarck pertencer-lhe-ia unicamente “enquanto pesquisador da natureza” – a nível filosófico, porém, ele ainda estaria atado “ao estado atrasado da metafísica na França”, que ainda não conhecia a revolução epistemológica trazida por Kant.<sup>86</sup> No capítulo sobre fisiologia vegetal, tratando dos experimentos de Andrew Knight, Schopenhauer afirma categoricamente: “Remeto-me a seus experimentos, não a seu juízo”.<sup>87</sup>

O caso de Saint-Hilaire é um pouco diferente. Ele está em posse de uma perspectiva mais elevada; no entanto, sua classificação, seu sistema, tomados em si, não são melhores que os demais: a apreensão adequada das ideias exige mais do que uma posição teórica adequada – tanto que o meticuloso Cuvier detectará arbitrariedades também no método de Saint-Hilaire. Segundo ele, seguindo cegamente uma hipótese adotada *a priori*, este último buscaria encaixar, com violência, a natureza em sua concepção. Para Cuvier e Flourens, uma observação mais detalhada do material empírico revela não uma unidade de composição, mas sim uma diversidade de composição, e ambos acusam Saint-Hilaire de desconhecer a anatomia dos

---

<sup>85</sup> Idem.

<sup>86</sup> SCHOPENHAUER, A. N, p. 95.

<sup>87</sup> SCHOPENHAUER, A. N, p. 117.

invertebrados.<sup>88</sup> Baseado na observação empírica, Cuvier conclui que não há um *plano único* subjacente às formas orgânicas, como queria Saint-Hilaire, mas *quatro planos* distintos.<sup>89</sup> Há uma analogia entre um vertebrado e outro, entre um molusco e outro etc., mas não uma analogia entre um vertebrado e um molusco ou entre um molusco e um articulado (artrópode).<sup>90</sup>

Dessa maneira, a observação empírica desmantelaria a pressuposição de Saint-Hilaire – sua hipótese da *unité de plan*, embora fundada sobre uma intuição correta, não o ajudara a apreender as espécies de maneira mais adequada. Voltando-nos novamente ao manuscrito de Schopenhauer abordado acima, podemos identificar a origem dessa carência: ao lado desse trabalho morfológico, o sistema natural exigiria ainda “uma observação [*Anschau*en] dos animais (...) em seu estado natural e confortável”, a “autópsia (...) *puramente contemplativa* das figuras dos entes naturais”, a qual forneceria aquela “decifração da *signatura rerum*” dos mesmos, dando a conhecer a ideia de cada espécie. A ideia, por sua vez, enquanto *forma substantialis*, alheia às formas *a priori* da representação, constituiria uma divisão não meramente *ideal, artificial* da natureza, mas *real, essencial*, um *sistema natural* da mesma, que Schopenhauer apresenta sob o nome de patamares de objetivação da vontade.<sup>91</sup>

§ 14. *Contemplação estética como método indutivo para a morfologia?* Mas que seria essa “autópsia puramente contemplativa” dos entes orgânicos, senão a *contemplação estética* dos mesmos? No interior do quadro do sistema schopenhaueriano, apenas ela é capaz de fornecer a imagem dos entes orgânicos fora das determinações apriorísticas (ideais) de espaço e tempo. – Esse elo peculiar entre ciência e arte, onde a perspectiva estética surge como que para superar uma carência essencial da maneira científica de conhecer, não ocorre unicamente em Schopenhauer. Já na escola schellingiana *Naturphilosophie* notamos essa vontade, de fundo romântico, de fundar uma ciência que estivesse em harmonia com um certo “em si” natureza, que a rigidez do simbolismo matemático e conceitual seria incapaz de apreender.

<sup>88</sup> Cf. FLOURENS, P. *De L'unité de composition et du débat entre Cuvier et Geoffroy Saint-Hilaire*, p. 42 s., 49.

<sup>89</sup> Cf. FLOURENS, P. *Cuvier: Histoire de ses travaux*, p. 33.

<sup>90</sup> Cf. idem, p. 66 s.

<sup>91</sup> SCHOPENHAUER, A. HN, vol. I, p. 424 s.

Dos autores que se esforçavam por erigir um método adequado para a morfologia, Goethe foi talvez aquele que apontou da maneira mais clara e perspicaz a grande dificuldade de tal empreitada. Para ele, a oposição entre Cuvier e Saint-Hilaire seria expressão de um conflito profundo na própria natureza do conhecer. Nela, Goethe viu um caso particular de uma “dicotomia” entre “dois modos de pensar distintos”, da qual a natureza humana talvez jamais viria a se livrar: de um lado Cuvier, o “distinguidor”, representa o impulso científico de analisar e distinguir, de classificar e ordenar a partir do material empírico dado; de outro, Saint-Hilare “parte da ideia”, de um conceito único, retornando dessa unidade para os casos particulares.<sup>92</sup> Embora, como vimos, reconhecendo a imensa utilidade de um conhecimento sistematizado acerca dos seres vivos, Goethe aponta também a dificuldade de conciliar o material da morfologia com a forma conceitual e sistemática, retornando diversas vezes ao mesmo tema ao longo das últimas décadas do séc. XVIII e primeiras do XIX – época de seu maior interesse por fisiologia e morfologia. Já em um esboço para a morfologia de 1788-89 vemo-lo afirmar que o ser humano “precisa, para conhecer, separar aquilo que não deveria ser separado”.<sup>93</sup>

Num diálogo com Ernst Meyer, publicado em *Zur Morphologie*, vol. II, f. 1, do qual Goethe diz tratar-se de um “testemunho de pura comunidade de sentido e espírito” entre ambos, a questão reaparece no interior da discussão sobre a morfologia. A disputa, que anteriormente fora incorporada por Cuvier e Saint-Hilaire, passa agora a ser expressa sob a forma de uma tensão entre a perspectiva estática imposta pela morfologia sistemática e o ponto de vista, proposto por ele, que observaria os seres vivos em suas *metamorfoses*<sup>94</sup>:

Que me seja permitido dizer aqui que justamente aquela tão importante (...) descrição verbal [*Wortbeschreibung*] da planta segundo todas as suas partes, que justamente essa ocupação tão prudente, mas em certo sentido limitada, impede muitos botânicos de

---

<sup>92</sup> GOETHE, J. W. “Principes de philosophie zoologique. Discutés em Mars 1830 au sein de l’Académie royale des sciences par Mr. Geoffroy de Saint-Hilaire” in: Beutler, E. (Ed.): *Gedenkausgabe der Werke, Briefe und Gespräche*, vol. 17, p. 382.

<sup>93</sup> GOETHE, J. W. “Vorarbeiten zur Morphologie” in: Beutler, E. (Ed.): *Gedenkausgabe der Werke, Briefe und Gespräche*, vol. 17, p. 137.

<sup>94</sup> Segundo Goethe (GOETHE, J. W. “Fragmente zur Botanik” in: Beutler, E. (Ed.): *Gedenkausgabe der Werke, Briefe und Gespräche*, vol. 17, p. 192), “a metamorfose é uma lei da natureza, segundo a qual as plantas se desenvolvem em uma sequência constante”.

chegar à ideia. Pois como eles, para descrever, precisam apreender o órgão tal qual ele está presente, e, portanto, assumir (...) cada aparição como existente em si, (...) tudo quanto é mutável passa a ser visto como estacionário, o fluído, como rígido, e (...) a vida formada a partir de si mesma como algo composto [*Zusammengesetztes*].<sup>95</sup>

A máxima da faculdade do juízo, proposta por Kant como uma necessidade do intelecto (§ 12), aparece nesse contexto com um *impulso natural irresistível*: “Na exigência de um sistema natural, o entendimento humano parece ultrapassar seus limites, sem, no entanto, ser capaz de desistir dessa exigência”.<sup>96</sup> A ideia de Kant, segundo a qual a faculdade do juízo teria de observar a natureza já pressupondo, de início, sua unidade sistemática, torna-se, no pensamento de Goethe e Meyer, uma *vontade de legislar* sobre a natureza, a qual, porém, exerce violência sobre a mesma. A noção de um *sistema natural* – que se encontra no fundo das pretensões de todos os morfologistas, tanto de Saint-Hilare como de Cuvier – seria, portanto, contraditória: “O princípio de uma ordem compreensível que carregamos em nós, o qual gostaríamos de imprimir sobre tudo que nos toca como selo de nosso poder, repugna à natureza”.<sup>97</sup> Como vimos (§§ 3-4), Schopenhauer identificará esse impulso de dominação da natureza sob uma forma sistemática com a forma da ciência em geral, a qual serve à finalidade do conhecimento submetido ao princípio de razão: ele encontra-se sempre a serviço da vontade.

A esse impulso opõe-se, para Goethe e Meyer, a tendência a uma *entrega amorosa* à natureza, que suspende a aparente contradição, mas que também impossibilita o pensamento científico, tendendo à mistificação. Não podemos deixar de ver aqui, no conceito goetheano de metamorfose, um elemento da proposta da *Naturphilosophie* schellingiana de uma ciência dinâmica, que apreendesse a Natureza em seu movimento vivo e fluído. No entanto, para Goethe, esse conceito já aparece como unilateral: assim como a tendência classificadora não atinge jamais a natureza, deixando sempre um abismo entre o conhecimento e aquilo que devia ser apreendido, a vontade de se entregar à natureza em seu fluxo irrefreável é incapaz de levar ao conhecimento. As espécies se desfazem em suas passagens de uma à outra, os próprios

<sup>95</sup> GOETHE, J. W. “Fragmente zur Botanik” in: Beutler, E. (Ed.): *Gedenkausgabe der Werke, Briefe und Gespräche*, vol. 17, p. 216.

<sup>96</sup> GOETHE, J. W. “Problem und Erwiderung” in: idem, p. 181.

<sup>97</sup> Idem, p. 179.

indivíduos não podem mais ser compreendidos como compostos organizados de órgãos e funções, mas unicamente como um movimento incessante, impossível de transpor em conceitos: “A ideia da metamorfose (...) leva ao disforme, destrói o saber, dissolve-o”. Assim como a classificação destrói o movimento em que os seres orgânicos se apresentam, a “entrega amorosa” à natureza ignora “o impulso de especificação, a tenaz faculdade de persistência [*Beharrlichkeitsvermögen*] daquilo que alguma vez chegou à existência”, que justificaria, em certa medida, a vontade sistematizadora do intelecto.<sup>98</sup>

“Como, porém”, diz Goethe, “ambas as forças agem simultaneamente, então precisaríamos apresentá-las, também na transmissão didática, de maneira simultânea, o que parece ser impossível”. A solução proposta por ele estaria em um “procedimento artificial [*künstliches Verfahren*]”, o qual é comparado à temperatura na música, que, embora contradizendo a natureza do som, permite uma “música mais elevada”.<sup>99</sup> Segundo Goethe, todos os trabalhos significativos do ser humano envolvem algum tipo de legislação, de imposição de uma ordem sobre a natureza. Nas ciências da natureza, porém, essa tarefa precisa ser executada por meio da observância do procedimento da natureza, para que não a forcemos para dentro de um esquema que lhe seja estranho; no entanto, tampouco podemos nos entregar completamente à sua arbitrariedade.<sup>100</sup> O emprego de uma *arte*, pois, que dominasse a natureza sem deixar de apreendê-la em seu movimento vivo, seria a solução para o estabelecimento de um *simbolismo* [*Symbolik*] adequado à morfologia, um simbolismo que, ao não se reduzir a um sistema lógico, poderia talvez cruzar de maneira mais eficaz o abismo entre a espécie viva, dada na intuição, e o conceito.<sup>101</sup>

### 3. Conclusão

Infelizmente, não resta espaço neste artigo para discutir a proposta de Goethe para a realização de um tal simbolismo. Resta dizer, à guisa de conclusão, que essa aproximação entre ciência e estética como uma solução para o problema da indução na morfologia aparece também em Schopenhauer. Vimos, na anotação abordada no § 13,

<sup>98</sup> GOETHE, J. W. “Problem und Erwiderung”, “Fragmente zur Botanik” in: idem, p. 177, 193 s.

<sup>99</sup> Idem, p. 177, 194.

<sup>100</sup> Cf. GOETHE, J. W. “Problem und Erwiderung” in: idem, p. 178 s.

<sup>101</sup> Para algumas considerações de Goethe sobre esse simbolismo, que ele descreve como uma “linguagem (...) poética”, cf. o fragmento “Symbolik” em Beutler, E. (Ed.): *Gedenkausgabe der Werke, Briefe und Gespräche*, vol. 16, p. 855 s.

que, como Goethe, também ele acredita que, por um viés meramente científico, é possível construir apenas sistemas artificiais da natureza. Uma articulação natural da natureza orgânica, porém, seria possível unicamente por meio de um procedimento análogo ao da contemplação estética.

No entanto, é importante notar que a concordância de Schopenhauer com Goethe termina ali, onde as ideias deste último coincidem com as da *Naturphilosophie* schellingiana. Na questão acerca do em si da natureza, Schopenhauer permanece firme em sua apropriação radical da filosofia transcendental kantiana: o tempo é mera forma da aparição – logo, o em si da natureza não pode ser um movimento. Se, *segundo o tempo*, as espécies surgiram umas das outras, isso não significa que deixem, com isso, de ser aparições de ideias que, por estarem fora das formas da aparição, têm necessariamente de ser firmes e imutáveis. A metamorfose que observamos na natureza é apenas a expressão, na aparência, de uma ideia essencial da espécie. Daí vem que possamos observar, na obra de Schopenhauer, uma aparente tensão entre uma aceitação, com Blumenbach e Kant, de uma espécie de epigênese, segundo a qual as formas orgânicas teriam “surgido umas a partir das outras”, e uma firme crença na imutabilidade das espécies enquanto ideias alheias às formas da aparição. O *élément anatomique* de Saint-Hilaire chega até mesmo a tornar-se imagem dessa aparente contradição.<sup>102</sup> É por isso, também, que, no mesmo capítulo, Schopenhauer unira-se a Cuvier na recusa radical de Lamarck, que pretende conferir um estatuto ontológico à sua teoria evolutiva, o que negaria a realidade essencial das espécies.<sup>103</sup>

Apesar dessa divergência quanto à constituição essencial da natureza, a solução para a questão da indução na morfologia proposta no manuscrito de que tratamos no § 13 parece, como dito, avizinhar-se àquela de Goethe: a única maneira de nos aproximarmos de um sistema natural da natureza orgânica seria por meio do emprego de uma perspectiva estética, aliada à tendência sistemática do intelecto, própria do conhecimento científico: estaríamos falando aqui de uma *arte a serviço da ciência*. No entanto, Schopenhauer parece prever as complicações implicadas em uma tal aliança entre estética e ciência: pois como poderia o conhecimento desinteressado da

<sup>102</sup> Cf. SCHOPENHAUER, A. N, p. 106: “Nós precisamos, portanto, assumir que este elemento anatômico se deve em parte à unidade e identidade da vontade para a vida em geral, e em parte ao fato de as formas primordiais dos animais terem surgido umas a partir das outras”.

<sup>103</sup> Cf. idem, p. 94 ss.

contemplação estética submeter-se à finalidade interessada da ciência? Talvez seja essa uma forte razão para o laconismo de Schopenhauer em sua exposição da morfologia na obra publicada, na qual a diferença entre sistemas naturais e artificiais não aparece mais. De qualquer forma, seria inverossímil atribuir a Schopenhauer um desconhecimento dos tão diversos problemas que estavam envolvidos em um tratamento mais exaustivo da morfologia, e, apesar do relativo silêncio do filósofo a respeito do assunto, não podemos concordar com Morgenstern e Malter quando estes afirmam que a morfologia ocuparia um papel secundário no pensamento de Schopenhauer sobre a ciência. O fato de Schopenhauer, em sua exposição teórica da morfologia, ter se absterido de desenvolver as questões apresentadas no presente trabalho parece, muito antes, enraizar-se na consciência dos grandes problemas que esta implica, da resistência da morfologia à forma tradicional da ciência.

Além disso, não faltam indícios para levar a crer que a concepção dos patamares de objetivação da vontade e a teoria das ideias de Schopenhauer – o fundamento de sua estética – teriam sido ao menos negativamente influenciadas por questões oriundas do campo da morfologia, conforme mostra também a anotação de que tratamos no § 13 – uma influência que revela ecos esparsos por toda a obra do filósofo, ao ponto de, no volume II de *O mundo como vontade e representação*, este afirmar que a espécie seria nada mais, nada menos que “o correlato empírico da ideia”.<sup>104</sup> No Brasil, Eduardo Brandão já apontou o parentesco da noção schopenhaueriana de ideia com a *forma substantialis* aristotélica, a forma essencial que determina os entes da natureza – uma aproximação que colocaria o objeto da contemplação estética em correlação estreita com o da morfologia. Também Jair Barboza desenvolve uma pesquisa sobre as relações entre natureza e arte em Schelling e Schopenhauer.

Da mesma maneira, vimos também que é possível intuir elos entre a porção subjetiva da doutrina estética de Schopenhauer – sua teoria do gênio – e o modo de apreensão e indução próprio da morfologia. Assim como o gênio, também o pesquisador morfológico, diante da variação infinita das espécies e subespécies, ainda multiplicadas infinitamente no tempo e no espaço, precisa entender a natureza “como que a meia palavra”, também ele “pronuncia com pureza aquilo que ela apenas balbucia”<sup>105</sup> – pois

---

<sup>104</sup> SCHOPENHAUER, A. WWV II, cap. 29, p. 433.

<sup>105</sup> SCHOPENHAUER, A. WWV I, § 45, p. 282.

apenas assim será capaz de ver para além dos espécimes particulares, sempre imperfeitos, para vislumbrar, com isso, as características essenciais de cada espécie. Diante do problema da indução na morfologia, que não tem nenhuma forma do princípio de razão sobre a qual possa se apoiar, a apreensão estética, alheia a esse princípio, aparece como uma possível solução. É por isso que a teoria de Lamarck é considerada por Schopenhauer como um “engano genial”, cuja genialidade é maculada por um fundamento teórico inapropriado, enquanto que a teoria de Saint-Hilare, embora fundada sobre a noção correta da analogia de todas as espécies entre si, contém erros decorrentes de um afastamento exagerado em relação à empiria: o pensamento de Saint-Hilare é filosófico, mas não é genial.

Essa associação entre gênio artístico e descrição morfológica, que transparece timidamente nas obras de Schopenhauer, surge com ainda mais força na história das próprias disciplinas morfológicas. Não seria, pois, coincidência que muitos dos maiores artistas modernos, como Leonardo da Vinci, Dürer e Goethe, também tenham nutrido grande interesse por disciplinas como botânica ou anatomia, tendo contribuído eles mesmos com seu avanço. Há algo no processo da descrição e indução morfológica que não se reduz a uma mera apreensão científica, segundo o princípio de razão suficiente, mas que se aproxima da intuição estética do gênio. Vimos (§ 14) que o próprio Goethe postula a necessidade de unificar arte e ciência na morfologia. Também Kant justapõe, em sua *Crítica do juízo*, a compreensão científica do mundo orgânico e a experiência estética – justaposição esta que foi tratada por muitos como um grande enigma. Finalmente, mesmo nos dias de hoje é possível encontrar um grande número de escritos que ressaltam a importância do trabalho conjunto entre o morfologista (seja ele botânico, zootomista ou anatomista) e o artista, dos quais forneço uma pequena seleção na bibliografia.

Vemos, então, como é vasto e fértil o campo para esse tipo de investigações, e quanto resta ainda por fazer. Os elos entre estética e ciência levam para além do sistema de Schopenhauer, para o quadro de uma época que, já desde Baumgarten, ensaiava expandir os estreitos limites do racionalismo dominante no período iluminista, para abarcar também o campo da intuição como um âmbito dotado de uma forma própria, independente, de conhecimento, que não podia ser reduzida a uma versão obscura e confusa do conhecimento puramente racional. Nesse contexto, a experiência estética

parecia adquirir uma certa autonomia, como fonte de um conhecimento totalmente distinto daquele transmitido por meio de conceitos e linguagem.

No entanto, não nos resta espaço para perseguir os desenvolvimentos ulteriores desse movimento, nem na obra de Schopenhauer, e muito menos ainda no contexto histórico mais amplo. Limito-me, pois, a concluir, conforme proposto, a resistência da morfologia ao enquadramento na teoria da ciência schopenhaueriana, e reservo para outras oportunidades a exploração mais aprofundada de seus múltiplos elos com a metafísica e com a estética – assim como também uma tentativa de compreender por que, apesar desse parentesco, a morfologia seguiria, essencialmente, presa ao âmbito da ciência.

### **Referências bibliográficas**

BÄHR, C. G. *Die Schopenhauersche Philosophie in ihren Grundzügen dargestellt und kritisch beleuchtet*. Dresden: Kuntze, 1857.

BEN-ARI, E. T. “Better than a Thousand Words” in: *BioScience*, vol. 49, nº 8, 1999, p. 602-608.

BLUMENBACH, J. F. *Handbuch der Naturgeschichte*. Göttingen: Dietrich, 1782.

COLEMAN, R. B. “Medical Illustration: Profession Serving Medical Progress” in: *Bios*, vol. 18, nº 2, 1947, p. 98-108.

FERRIS, G. F. “Entomological Illustrations” in: *Science*, vol. 58, nº 1501, 1923, p. 265-266.

FLANNERY, M. C. “The Visual in Botany” in: *The American Biology Teacher*, vol. 57, nº 2, 1995, p. 117-120.

FLOURENS, P. *Cuvier. Histoire de ses travaux*. Paris: Gariner, 1858.

\_\_\_\_\_. *De L'unité de composition et du débat entre Cuvier et Geoffroy Saint-Hilaire*. Paris: Garnier, 1865.

GOETHE, J. W. “Naturwissenschaftliche Schriften”, partes I e II in: Beutler, E. (Ed.): *Gedenkausgabe der Werke, Briefe und Gespräche*, vols. 16 e 17. Zürich: Artemis, 1949.

HODGES, E. R. S. “Scientific Illustration: A Working Relationship between the Scientist and Artist” in: *BioScience*, vol. 39, nº 2, 1989, p. 104-111.

HÜBSCHER, A. *Denker gegen den Strom*. Bonn: Bouvier, 1982.

KANT, I. *Kritik der Urteilskraft*. Hamburg: Meiner, 2009.

LINNÉ, C. *Gattungen der Pflanzen und ihre natürliche Merkmale*. Gotha: Ettinger, 1775.

Tradução de Johann Jakob Planer.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos botánicos*. Madrid: Imprenta real, 1788. Tradução de Angel Gomez Oriega.

MALTER, R. *Arthur Schopenhauer: Transzendentalphilosophie und Metaphysik des Willens*. Stuttgart: Fromman Holzboog, 1991.

MATTOS, C. V. “‘Também eu na Arcádia’: Goethe, Hackert e a Pintura de Paisagem” in: Mattos, C. V. (org.) *Goethe e Hackert sobre a pintura de paisagem*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008, p. 17-73.

MORGENSTERN, M. *Schopenhauers Philosophie der Naturwissenschaft*. Bonn: Bouvier, 1985.

\_\_\_\_\_. „Die Grenzen der Naturwissenschaft und die Aufgabe der Metaphysik bei Schopenhauer“ in. *LVII. Jahrbuch der Schopenhauer Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Waldemar Kramer, 1986, p. 71-93.

PALÁU Y VERDÉRA, A. *Sistema de los vegetables*. Madrid: Imprenta real, 1788.

RHODE, W. *Schopenhauer heute*. Rheinfelden / Berlin: Schäuble, 1991.

SAINT-HILAIRE, E. G. *Principes de philosophie zoologique*. Paris: Pichon et Didier / Rousseau, 1830.

SCHICK, J. M. “Toward an Aesthetic Marine Biology” in: *Art Journal*, vol. 67, n° 4, 2008, p. 62-86.

SCHOPENHAUER, A. *Die Welt als Wille und Vorstellung*, vols. I e II (WWV I, WWV II); *Über die vierfache Wurzel des Satzes vom zureichenden Grunde (SG)*; *Über den Willen in der Natur* in: *Arthur Schopenhauer: Züricher Ausgabe – Werke in zehn Bänden*, vols. I-V. Zürich: Diogenes, 1977.

\_\_\_\_\_. *Der handschriftliche Nachlaß in fünf Bänden (HN)*, vol. 1. München: DTV, 1985.

\_\_\_\_\_. *Sobre a vontade na natureza (N)*. Porto Alegre: L&PM, 2013. Tradução de Gabriel Valladão Silva.

ZAMBONINI, F. „Schopenhauer und die modernen Naturwissenschaften“, In: *XXII. Jahrbuch der Schopenhauer-Gesellschaft*. Heidelberg: Carl Winters Universitätsbuchhandlung, 1935, p. 44-91.

Recebido: 29/07/14  
Received: 07/29/14

Aprovado: 15/08/14  
Approved: 08/15/14